

Governadores transferem negociação para o Senado

“O que não queremos mais é conversar com instâncias ministeriais”, diz Vitor Buaiz, ao anunciar a elaboração de projetos de lei

por Ana Florence e
Maria Cristina Fernandes
de São Paulo

Dezenove governadores reunidos na noite de ontem no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, decidiram transferir do governo federal para o Senado o fórum de discussão da renegociação da dívida de seus estados, que somada, chega hoje a R\$ 100 bilhões. Na próxima semana, serão enviados ao Senado projetos de lei que deverão contemplar os principais pontos do documento que ficou conhecido como “Carta de Vitória” e que resume os pleitos comuns da negociação das dívidas estaduais.

O governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz, mentor da reunião, resumiu a tentativa do grupo de politizar, de uma vez por todas, a questão: “Vamos continuar conversando com o presidente Fernando Henrique Cardoso. O que não queremos mais é conversar com instâncias ministeriais. Todos os estados foram prejudicados por negociações feitas com os ministérios que não resolveram o problema de suas dívidas”.

Os projetos de lei serão elaborados por uma comissão da qual farão parte o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, de Alagoas, Divaldo Suruagy, do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, além de Buaiz.

Entre os pontos a serem contemplados, estão o refinanciamento das dívidas estaduais por 30 anos, a redução dos juros do refinanciamento para 6%, a carência de três meses para o pagamento do serviço das dívidas e a utilização do saldo do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) ainda não vencido para a amortização do saldo da dívida.

A presença de Britto, na comissão; busca deixar claro que os governadores não estão adotando uma posição de confronto em relação ao governo federal. O governador gaúcho foi o primeiro a fechar acordo com o governo para a renegociação da dívida do seu estado. Foi o seu acordo que inspirou a primeira reunião dos governadores em Vitória, na semana passada. No encontro, Britto assumiu a posição mais próxima do governo federal entre todos os colegas presentes. “Só podemos falar em acordo para aqueles estados que estiverem dispostos a demitir e privatizar”, disse o governador gaúcho.



Vitor Buaiz

A reeleição, disseram quase todos, não está vinculada à resolução das dívidas estaduais. Outros, como o governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, admitiram a discussão do tema – “Já se viu uma reunião política em que não se fale em reeleição?”. Foi o governador Amazonino Mendes (Amazonas), no entanto, quem mais longe chegou na abordagem do tema. “Na atual situação dos estados, seria masoquismo dos governadores pensar em reeleição. Estabelecida a governabilidade, no entanto, não vejo por que não se discutir a reeleição”, disse o governador amazonense, que compromete 17% de sua receita com a rolagem da dívida do estado.

O governador amazonense foi o único a admitir aquilo que, no Congresso Nacional, já é moeda corrente nas conversas sobre reeleição. Com o aperto financeiro causado pelo endividamento dos seus estados, os governadores enfrentariam as urnas com um grau de impopularidade que os deixariam em situação inversa àquela que permitiu a uma grande parte dos atuais prefeitos a eleger seus sucessores.

O governador da Paraíba, José Targino Maranhão, que compromete 16% de sua receita com a rolagem de uma dívida de R\$ 1,7 bilhão, disse lamentar que estes recursos não possam ser destinados a obras de infraestrutura. Eduardo Azeredo, um dos dois governadores que já conseguiram renegociar a dívida de seu estado (o outro é o gaúcho Antônio Britto), disse acreditar que, apesar das dificuldades financeiras por que passam os estados, a maior parte

dos governadores presentes seria favorável à reeleição. “Temos que convencer o eleitorado de que estamos num processo de transição”, disse o governador mineiro.

O governador de Rondônia, Valdir Raupp, declarou à entrada do Palácio dos Bandeirantes não apenas ser a favor da reeleição como detentor de uma bancada de deputados na Câmara federal “100% a favor da tese”.

O governador Jaime Lerner, chegou à reunião defendendo a tese que tem pautado seus pronunciamentos sobre o tema nos últimos meses. “Defendo a reeleição desde que submetida a um referendun popular”, disse o governador paranaense.

Francisco Moraes de Souza, o governador do Piauí que é mais conhecido pelo nome de Mão-Santa, declarou, na mesma linha de suas sempre polêmicas declarações, que não haveria razão para se posicionar sobre a reeleição porque todos os governadores “morreriam de inanição” antes de 1998. “O governo federal está nos levando a uma situação tal que vamos morrer todos antes da reeleição”. Mão-Santa lançou o governador paulista, Mário Covas, como o mais indicado para liderar os seus colegas e tirá-los “da situação humilhante em que vivem”. O governador paulista, no entanto, sequer

desceu do seu gabinete para conversar com os jornalistas.

O mentor da reunião, o governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz, enfatizou a natureza política do encontro. “Negociar caso a caso nos enfraquece. Esta reunião marca mais uma tentativa de negociar com o governo federal politicamente”, disse. Nega, no entanto, qualquer tentativa de barganha com o governo federal. “Não sentimos nenhuma pressão em trabalharmos pela reeleição e jamais poderíamos pensar em barganha”, disse Buaiz. O governador do Espírito Santo, que se diz contrário à reeleição, irritou-se ao ser indagado se, em caso de ser aprovada a emenda, candidatar-se-ia a mais um mandato: “Não, não e não”.

O governador de Santa Catarina, Paulo Afonso Vieira, sentiu-se à vontade para antecipar sua candidatura. “Sou um entusiasta defensor da reeleição e, se a emenda for aprovada, serei certamente candidato”.

O governador fluminense, Marcello Alencar definiu a força política do grupo nas negociações com o governo federal. “É a primeira vez que 27 governadores estão pensando da mesma forma”, disse Alencar. “E não se consolidará a estabilidade econômica sem equilíbrio financeiro nos estados”, disse o governador.

O que negociam os governadores

Governadores (estado/partido)	Posição sobre reeleição	Dívida do estado (R\$ milhões)
Divaldo Suruagy (AL-PMDB)	a favor	1.114
João Capiberibe (AP-PSB)	-	70
Amazonino Mendes (AM-PPB)	contra	1.300
Tasso Jereissati (CE-PSDB)	a favor	1.560
Cristóvam Buarque (DF-PT)	contra	695
Vitor Buaiz (ES-PT)	contra	790
Maguito Vilela (GO-PMDB)*	-	4.480
Eduardo Azeredo (MG-PSDB)	a favor	11.607
José Targino Maranhão (PB-PMDB)	a favor	1.700
Jaime Lerner (PR-PDT)	quer plebiscito	1.900
Francisco de Moraes (PI-PMDB)	a favor	1.400
Marcelo Alencar (RJ-PSDB)	a favor	8.000
Garibaldi Alves (RN - PMDB)	a favor	700
Antônio Britto (RS-PMDB)	a favor	8.700
Valdir Raupp (RO-PMDB)	a favor	400
Paulo Afonso Vieira (SC - PMDB)	a favor	2.500
Mário Covas (SP-PSDB)	contra	32.000
Albano Franco (SE-PSDB)	a favor	240
Siqueira Campos (TO-PPB)	-	132

* Representado pelo vice, Natali Alves de Souza

179